



A EXPERIÊNCIA DO HABITAR A PARTIR DA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA

THE EXPERIENCE OF INHABITING FROM THE PHENOMENOLOGICAL PERSPECTIVE

Anderson Vinícios Branco Lutzer¹

Airton Adelar Mueller²

Resumo: Este artigo explora a experiência do habitar sob uma ótica fenomenológica, transcendendo a dimensão física da habitação e conectando-a às percepções e vivências humanas. O objetivo é examinar a relação entre qualidade de vida e espaço habitacional, destacando os limites das abordagens quantitativas tradicionais e propondo o método fenomenológico como alternativa capaz de captar a subjetividade e a dimensão simbólica dos lugares. Fundamentado na reflexão fenomenológica, o texto evidencia a unidade entre corpo e espaço e a natureza pré-reflexiva da consciência, argumentando que a qualidade habitacional reside não apenas na funcionalidade, mas também na capacidade de promover pertencimento, identidade e significado. Conclui-se que políticas habitacionais mais sensíveis devem integrar essa complexidade vivencial, promovendo lugares que articulem interioridade, alteridade e temporalidade.

Palavras-chave: Lugar; Ser-no-mundo; Habitação.

Abstract: This article explores the experience of living from a phenomenological perspective, transcending the physical dimension of housing and connecting it to human perceptions and experiences. The aim is to examine the relationship between quality of life and living space, highlighting the limits of traditional quantitative approaches and proposing the phenomenological method as an alternative capable of capturing the subjectivity and symbolic dimension of places. Based on phenomenological reflection, the text highlights the unity between body and space and the pre-reflexive nature of consciousness, arguing that housing quality resides not only in functionality, but also in the capacity to promote belonging, identity and meaning. It is concluded that more sensitive housing policies should integrate this experiential complexity, promoting places that articulate interiority, otherness and temporality.

Keywords: Place; Being-in-the-World; Housing.

1 Introdução

O espaço habitado transcende sua materialidade ao adquirir sentido através de experiências, memórias e relações intersubjetivas. Essa dimensão simbólica confere densidade existencial ao ambiente, legitimando o lugar como fenômeno ontológico. Assim como o tempo, o espaço é uma propriedade da existência humana e pode adquirir qualidades subjetivas de acordo com a maneira como é percebido e vivido.

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Pesquisador na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: anderson.lutzer@gmail.com

² Doutor em Sociologia pela Freie Universität Berlin (FUB) com revalidação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: airton.mueller@unijui.com.br

No âmbito da qualidade de vida, surge um debate epistemológico sobre a natureza do espaço: seria estritamente objetiva, baseada em variáveis tangíveis, ou subjetiva, ancorada na percepção individual e nas vivências singulares? Na realidade, esse constructo resulta de uma dialética entre os atributos concretos do meio e as formas pelas quais ele é apropriado, percebido e experienciado pelos habitantes.

As investigações que buscam decifrar essa inter-relação entre consciência humana e meio urbano, via de regra, debruçam-se sobre tópicos como satisfação residencial, configuração espacial, densidade demográfica, segurança, coesão e mobilidade social, perfil demográfico e aspectos ambientais. Embora relevantes, muitos desses estudos restringem-se a abordagens positivistas, esgotando-se na quantificação de dados e carecendo de um olhar mais abrangente e profundo.

A habitação, portanto, está intrinsecamente ligada à trajetória humana. Desde as manifestações mais arcaicas, a moradia expressa a necessidade primária de salvaguardar a integridade física e psíquica frente a elementos hostis. Nesse sentido, a moradia revela-se como componente essencial na reprodução social, constituindo o lócus da intimidade e da cotidianidade, onde se desenvolve a experiência humana.

Habitar significa reunir o mundo como uma construção concreta, ou uma “coisa”; o ato arquetípico de construir é, em essência, o confinamento (Norberg-Schulz, 2006). Ou seja, o homem habita quando é capaz de concretizar o mundo em construções e coisas.

Para além do escopo empírico convencional, o método fenomenológico de pesquisa, conforme delineado por Seamon (1982), emerge como um contraponto qualitativo, propiciando uma compreensão holística da interface entre comportamento e ambiente. Nesse contexto, este artigo, enquanto revisão conceitual, propõe descrições valorativas dos pressupostos tácitos do “ser-no-mundo”, buscando identificar, nos eventos cotidianos, os padrões essenciais e a profundidade pré-reflexiva que estruturam a vivência do habitar.

A fenomenologia amplia a compreensão da qualidade de vida habitacional ao articular novas perspectivas para o planejamento urbano e a construção de moradias sustentáveis. Suas descrições capturam a densidade simbólica do morar – a identidade do lugar – oferecendo subsídios para políticas habitacionais mais sensíveis, que entrelacem a provisão de abrigo com o incremento da qualidade de vida comunitária.



2 Habitação e a experiência do lugar

No âmbito da psicologia ambiental, o conceito de “correspondência” denota o grau de ajuste ou congruência entre as necessidades e predileções humanas e as propriedades intrínsecas de um dado ambiente físico (Gifford, 2005). Essa correspondência assume duas modalidades: a congruência, relacionada à adequação observada a partir de perspectivas supostamente objetivas – como a avaliação especializada dos impactos comportamentais de ruídos em dormitórios universitários durante períodos de alta demanda cognitiva – e a habitabilidade, que se refere à avaliação subjetiva da qualidade ambiental pelos próprios usuários das edificações (Preiser; Taylor, 1983).

Seja na análise da congruência ou da habitabilidade, torna-se imprescindível considerar os nexos holísticos entre a configuração físico-espacial e o comportamento humano. Uma abordagem unilateral que privilegie apenas o meio físico ou, inversamente, apenas as condutas humanas, compromete a totalidade sistêmica do ambiente enquanto instância relacional. O espaço construído – sobretudo aquele moldado pela intervenção antrópica – exerce influência decisiva sobre nossas disposições afetivas, práticas cotidianas, dinâmicas relacionais e representações identitárias (Bernheimer, 2019).

Se os ambientes em que nos inserimos repercutem diretamente sobre nossa subjetividade e práticas, então são também coadjuvantes na constituição de estados emocionais, padrões de ação, identidade e cognição. Tais ambientes podem fomentar bem-estar, mitigar desconfortos e influenciar comportamentos – como a disposição para conservar a limpeza pública ou a escolha de convívio social – atuando como roteiros latentes que regem, muitas vezes de forma imperceptível, as cenas do cotidiano.

Essa dinâmica exige abertura intencional ao outro, pois, como destaca Cadena (2023; 2025), a fundamentação da intersubjetividade é o ato de consciência chamado empatia e, portanto, é a base da ética, moral, política e direito. A relação pessoa-ambiente depende de gestos empáticos – reconhecimento, abertura e sentir-com – que transcendem determinismos espaciais. Assim, somos simultaneamente atores e coautores de um enredo arquitetônico e social que delinea nossas interações, enquanto cultivamos a ilusão de autonomia absoluta (Bernheimer, 2019).

O reconhecimento do poder modelador do espaço justifica críticas ao urbanismo periférico e suburbano, cuja conformação física foi historicamente organizada em função da mobilidade automotiva, em detrimento das demandas de pedestres, idosos, mães



solteiras e infantes (Hayden, 1984; Jackson, 1985; Calthorpe, 1991). A requalificação dessas áreas urbanas exige, portanto, o redesenho de seus traçados, tornando-os mais responsivos às múltiplas necessidades humanas.

Na leitura de Mueller (2020), à medida que o espaço habitado condiciona nossa subjetividade, o capital social adquire relevância fenomenológica enquanto dado intrínseco ao sujeito – um horizonte de possibilidades que se constrói e se percebe no entrelaçamento de condições sociais, materiais e existenciais. Ou seja, adquire relevância na medida em que se apresenta como uma dimensão vivida, mediada pela corporeidade e pela intersubjetividade que estruturam a percepção e a ação humanas.

Não obstante, a gestão territorial nas cidades contemporâneas tem sido frequentemente instrumentalizada por interesses mercantis, especialmente ligados à especulação imobiliária e à financeirização urbana. Tais dinâmicas engendram processos como urbanização, gentrificação e a transformação das cidades em marcas (brandificação), consolidando um caráter empresarial no ordenamento urbano (Castells, 1999; Choay, 2010; Harvey, 2006).

Diante desse panorama, a avaliação da qualidade habitacional não pode se restringir a aspectos estéticos, como volumetria dos edifícios, devendo priorizar o grau de atendimento às necessidades dos usuários. Essa satisfação depende de atributos de projeto, como robustez construtiva, durabilidade dos materiais, morfologia dos espaços e capacidade de atender às expectativas e aspirações de seus ocupantes. Por conseguinte, o grau de correspondência entre a moradia, seu entorno e as demandas dos habitantes constitui indicador central para aferir a qualidade do habitar.

Embora recentes, as investigações concernentes à “adequação” entre as exigências dos usuários e o ambiente físico têm sido notavelmente profícuas, englobando vertentes sociais, psicológicas e culturais dessa relação. Não obstante, são em menor número, porém de inegável importância, as explorações que intentam apreender as bases ontológicas fundamentais que alicerçam a correlação pessoa-ambiente.

Compreendendo a ontologia como o exame do sentido do Ser, Norberg-Schulz (2006) adverte que, embora a concepção hodierna de habitar costume restringir-se a noções de cobertura e metragem, sua acepção ontológica transcende essa literalidade. Habitar, em sua essência qualitativa, configura uma condição originária da existência humana: ao nos identificarmos com um espaço, projetamos nele nosso modo de ser-no-mundo, experienciando-o como um ambiente pleno de significado e coerência interna (Norberg-Schulz, 2006, p. 449).

A partir dessa perspectiva ontológica, a “moradia” transcende a dimensão utilitária e quantitativa, situando-se como fator primordial para a elevação da “qualidade de vida e habitação”, ao criar um autêntico “sentido de lugar”. Tal percepção mostra-se particularmente vívida quando esse pertencimento é negado – quando o ambiente urbano privilegia a homogeneidade e a eficiência em detrimento da diversidade e expressividade, gerando uma sensação de exílio simbólico (Hough, 1990).

Quando a morada anula minha individualidade ao reforçar uma uniformidade impessoal; quando a entrada de um edifício se apresenta hermética e inatingível; quando me percebo desorientado e alienado em relação ao espaço; quando a desproporção entre a escala arquitetônica e seu entorno me oprime – então emerge a experiência do “não pertencer”, um desenraizamento ontológico.

Compreender o sentido afirmativo de lugar exige reconhecer que ele ultrapassa o mero vínculo emotivo ou a celebração nostálgica de paisagens esteticamente aprazíveis. O pertencimento que advém da instauração de um sentido de lugar representa, na verdade, um fundamento existencial primordial, pois articula a “adequação” entre o ser humano e o espaço habitado. Um ponto de partida indispensável para tal entendimento qualitativo reside na compreensão de que o sujeito humano, enquanto entidade de consciência, transcende toda tentativa de categorização puramente quantitativa.

A partir de uma releitura do exercício de Sartre (1953), é possível elucidar essa perspectiva por meio do seguinte exemplo: ‘o ato de abrir a porta de uma casa’. Inicialmente, ao manipular a maçaneta, a atenção volta-se para a ação em si, em um nível prático e pré-temático. Porém, se alguém questiona o que está sendo feito, responde-se que “se está abrindo a porta”, e o foco desloca-se do objeto físico para o ato, que se torna objeto de uma consciência reflexiva e posicional.

Essa distinção revela duas consequências: primeiro, a subjetividade humana jamais se esgota em métricas objetivas, pois constitui o pressuposto existencial de qualquer tentativa de objetivação e quantificação; segundo, existe, além de uma consciência explícita voltada a objetos externos, uma consciência implícita e pré-temática que permeia nossa apreensão do mundo – muitas vezes despercebida, mas de suma importância.

Essa reflexão demonstra, como bem assinala Smith (1972, p. 418), que a maior parte dos estímulos visuais oriundos do ambiente edificado escapa à percepção consciente imediata. A relevância do espaço urbano reside, portanto, não apenas em sua dimensão



visível e deliberada, mas também naquilo que permanece subjacente, como pano de fundo silencioso da experiência.

Smith (1972) distingue dois sistemas perceptivos: um que absorve uma multiplicidade de impressões e outro que seleciona um conjunto restrito para a consciência deliberativa. Há “evidências inequívocas de que estímulos não necessariamente evocadores de resposta consciente podem, contudo, impactar a mente” (Smith, 1972, p. 421). As escadas, por exemplo, encerram simbolismos sutis: escadas estreitas sugerem privacidade e urgência, incitando uma ascensão célere e reservada; ao passo que escadarias monumentais – como as que conduzem à entrada de edifícios governamentais – evocam solenidade e grandeza, convidando a uma ascensão cerimoniosa e pública.

O cerne dessa análise reside na capacidade dos edifícios e de suas qualidades formais de exsudar significados distintos, emitindo mensagens que são simultaneamente captadas de maneira consciente e pré-consciente. Os prédios constituem, assim, verdadeiros sistemas simbólicos, suscitando associações, narrativas e leituras diversas – e suas linguagens formais, do românico ao moderno, do gótico ao barroco, do Art Déco ao Bauhaus, foram historicamente mobilizadas para veicular ideais políticos, éticos e civilizatórios.

Nesse escopo, emerge o conceito de *imageabilidade* de Lynch (1980), que designa a força evocativa e a clareza perceptiva de uma edificação ou de um ambiente, em sua aparência, legibilidade e capacidade de apropriação simbólica. Tal conceito reafirma que o ambiente construído não apenas abriga as práticas humanas, mas lhes confere moldura, significado e, por vezes, as transforma radicalmente. Deste modo, os elementos que compõem a estrutura espacial são “coisas” concretas, dotadas de “caráter” e “significado” (Lynch, 1980).

Para além de explicitamente corporificarem as aspirações e valores culturais de uma determinada sociedade, as edificações engendram imagens sutis de acolhimento e pertencimento ou, inversamente, de desorientação e alienação experimentadas por seus habitantes e frequentadores. Exemplo eloquente desse fenômeno é o edifício cujas fachadas, embora elegantes e harmoniosas, falham em guiar o visitante até a entrada principal – exigindo a instalação de sinalizações adicionais que denunciam a ambiguidade espacial e o déficit de legibilidade arquitetônica.



Tal situação evidencia que, quando a orientação espacial não ocorre de maneira imediata e pré-reflexiva, mas demanda esforço consciente de decodificação, o próprio edifício se torna, de modo implícito, uma metáfora de exclusão e recusa de acolhimento.

Conforme elucida Hall (1994), os ambientes físicos comunicam mensagens silenciosas que espelham modos de vida, disposições culturais e padrões de interação social. Elementos como cromatismo e organização espacial atuam como signos que, ao serem apropriados e compreendidos pelos usuários, viabilizam julgamentos e escolhas que orientam sua movimentação e comportamento no espaço. Essa apreensão, muitas vezes inconsciente, reflete um aprendizado tácito acerca do ordenamento espacial e de seu simbolismo implícito.

A leitura dos ambientes é, portanto, modulada pelas associações subjetivas que as pessoas estabelecem com as qualidades intrínsecas dos espaços, bem como por hierarquias de significado enraizadas em vivências existenciais e posicionamentos sociais. Embora muitas dessas mensagens sejam captadas de modo implícito, instrumentos de análise visual podem desvelar tais camadas ocultas de percepção, oferecendo chaves interpretativas para o sentido de lugar e de pertencimento.

Em suma, as edificações são emissárias de mensagens explícitas e latentes, codificando valores, símbolos e afetos que reverberam na subjetividade de seus ocupantes. O aspecto crucial dessa reflexão reside em reconhecer que a “adequação” ou “correspondência” entre a configuração física do ambiente e as necessidades dos usuários transcende um simples catálogo de exigências explícitas e quantificáveis. Trata-se, antes, de decifrar a experiência do lugar em múltiplos níveis: desde compreensões conscientes e discursivas até dimensões pré-conscientes e atmosféricas que delineiam sentimentos de pertencimento ou exclusão. Nesse sentido, a abordagem fenomenológica revela-se particularmente apropriada para captar essas dimensões sutis e essenciais que qualificam o espaço habitacional e a qualidade de vida de seus moradores.

2.1 A estrutura do lugar

A análise do fenômeno do lugar conduz à constatação de que sua estrutura deve ser examinada a partir de categorias fundamentais, tais como espaço e caráter. Enquanto o conceito de espaço diz respeito à disposição tridimensional e à organização formal dos elementos que configuram o lugar, o caráter refere-se à atmosfera global e à qualidade expressiva que confere ao ambiente sua tonalidade existencial mais ampla.



Em vez de uma cisão rigorosa entre essas categorias, pode-se recorrer a uma noção abrangente e integradora – a de espaço vivido – capaz de articular a totalidade da experiência.

Na tradição teórica da arquitetura, o conceito de espaço não é novidade, mas assume múltiplas acepções. As formulações correntes tendem a distingui-lo como pura geometria tridimensional ou como campo perceptual. Todavia, ambas as interpretações encerram abstrações parciais, pois deixam de abarcar a totalidade intuitiva e tridimensional que caracteriza a vivência cotidiana – aquilo que podemos denominar espaço concreto.

O caráter, por sua vez, emerge como noção simultaneamente mais abrangente e mais concreta do que o espaço. Por um lado, designa a atmosfera global, a expressividade inefável que permeia o lugar; por outro, incorpora a substância material e formal dos elementos constitutivos do ambiente. A presença autêntica e plena no mundo está, assim, indissociavelmente vinculada ao caráter.

Nesse contexto, a linguagem também adquire papel essencial como dimensão incorporada do habitar. Longe de ser “o simples signo dos objetos e das significações, a palavra habita as coisas e veicula significações” (Merleau-Ponty, 1999, p. 207). Como afirma Silva (2023a, p. 274; 2023b), a linguagem é um fenômeno encarnado. Em vez de ser concebida como exteriorização de um pensamento já pronto, ela é o próprio corpo que fala, a carne que significa.

Fundamentando-se na ontologia heideggeriana do “ser-no-mundo” como eixo estruturante, o espaço vivido transcende a mera ocupação física para constituir-se como teia de significações encarnadas. Norberg-Schulz (2006) sintetiza essa imbricação ao definir o habitar como síntese entre localização espacial e exposição ao caráter ambiental, em que a materialidade arquitetônica media nossa inserção ontológica no mundo. Assim, a janela não é apenas elemento funcional, mas limiar que corporifica a dialética heideggeriana entre proteção e abertura – expressando, na materialidade, a condição existencial do “ser-semiabierto” (Bachelard, 1964).

Uma abordagem fenomenológica do caráter requer, portanto, não apenas a observação empírica de suas manifestações, mas também o exame de seus determinantes objetivos: um lar deve ser aconchegante; um escritório, funcional; um salão de baile, festivo; e uma igreja, solene. Em suma, o caráter advém da interação concreta entre a configuração material e a formalidade intrínseca do lugar.



Essa interação revela que a morada não se limita a um arranjo físico: ela constitui, antes, a base ontológica para a inserção existencial do homem no mundo. Em outras palavras, a morada corporifica a tríade ontológica: ser-no-mundo (Heidegger), carne significativa (Merleau-Ponty) e caráter ambiental (Norberg-Schulz).

3 Leitura fenomenológica dos espaços construídos

Surgida em contraposição à tradição metafísica, a fenomenologia propõe reconduzir o discurso filosófico ao âmbito concreto e vital da experiência humana – o “ser-no-mundo” –, afastando-se das especulações abstratas e dissociadas da realidade vivida (Husserl, 2012).

Fundamentada no caráter radicalmente experiencial da existência (Seamon, 1982), a fenomenologia supera as abordagens empíricas estritas e os paradigmas positivistas, ampliando a investigação para dimensões mais abrangentes da consciência humana, que transcendem os dados puramente empíricos e sensoriais. Em essência, legítima como evidência não apenas a apreensão sensível de entidades materiais, mas também as intuições primordiais da consciência e a profundidade pré-reflexiva que estrutura nossa inserção no mundo.

A abrangência dessa metodologia implica que a investigação fenomenológica ultrapasse os limites da mensuração quantitativa de eventos empiricamente verificáveis. As descrições qualitativas emergem do retorno reflexivo aos pressupostos tácitos que fundamentam nossa experiência, das interpretações hermenêuticas, da síntese de relatos narrativos, da revisitação de produções artísticas e literárias ou, ainda, de observações minuciosas e diretas de ambientes concretos.

Todas essas estratégias convergem para identificar, nos acontecimentos singulares e cotidianos, padrões essenciais e estruturas constitutivas da experiência humana, validadas pelo crivo intersubjetivo da compreensão compartilhada. Como enfatiza Stambaugh (1972), para o pensamento fenomenológico “a relação precede aquilo que é relatado”. Assim, em vez de se limitar à análise segmentada e estatística de elementos isolados, a fenomenologia propõe uma ampliação qualitativa da compreensão do fenômeno enquanto totalidade relacional, rejeitando explicações fragmentárias e buscando desvelar a totalidade ontológica e os nexos fundamentais que conferem sentido à existência (Heidegger, 2015).



A proposição de Stambaugh (1972) encontra ressonância direta na concepção husserliana de *intencionalidade*, segundo a qual toda consciência é, por natureza, dirigida a algo – não se trata simplesmente de pensar, mas de pensar em algo; não apenas de ver, mas de ver algo determinado, como palavras em uma página. Desse modo, “o objeto é intuído, percebido, assim só existe correlato à consciência, que é um voltar-se para...” (Klüber, 2012, p.57).

Essa orientação intencional atesta que a experiência humana não se dá no vácuo, mas está sempre vinculada ao mundo ao qual pertence ontologicamente. Nessa perspectiva, a fenomenologia, ao transcender as tradicionais dicotomias entre idealismo e realismo, inaugura um ponto de partida que não se ancora exclusivamente no mundo objetivo “exterior”, tampouco se confina à esfera subjetiva “interna”, mas se enraíza na unidade essencial do ser humano inserido no mundo (Heidegger, 2001).

Por isso, diz-se que “a fenomenologia se instaura como uma filosofia da consciência, no sentido de ser um pensar radical a esse respeito” (Bicudo, 1999, p. 14 *apud* Bicudo e Klüber, 2013, p. 35). Assim, “o pensar radical remete à investigação dos próprios atos da consciência pela qual todo conhecimento se constitui” (Bicudo e Klüber, 2013, p. 35).

Aplicada ao tema da habitação, essa perspectiva enseja uma compreensão que vai muito além da mera provisão de abrigo físico – como se a casa fosse apenas um recipiente para um objeto humano. Na verdade, o vínculo ontológico entre habitar e ser revela que a identidade e o pertencimento aos espaços edificados são expressões concretas da articulação e afirmação da própria existência, enraizando a moradia não apenas como necessidade funcional, mas como dimensão fundamental do ser-no-mundo. Nas palavras do poeta Noël Arnaud (1950), em sua obra “L'État d'Ébauche”, “Je suis l'espace où je suis” (Eu sou o espaço onde estou, tradução nossa), indicando a profunda integração entre o ser humano e o ambiente construído: ao habitar e ao nos identificarmos com o espaço arquitetônico, este deixa de ser mero continente funcional de atividades e passa a se constituir como prolongamento da própria corporeidade, uma extensão simbiótica da presença humana.

Como destaca Merleau-Ponty (1999, p. 203), a fenomenologia, partindo da essência da percepção, da consciência e da existência, mantém a unidade com o espaço, o tempo e o mundo vivido. O autor oferece uma valiosa chave de compreensão para essa noção de pertencimento ontológico, apresentando-a como fundamento do ato de habitar e, por conseguinte, da tessitura do “sentido de lugar”. Em sua perspectiva, o corpo não



deve ser reduzido a um objeto material, isolado em meio a outros entes; ao contrário, o corpo se afirma como âncora no mundo, numa relação indissociável e pré-reflexiva com o ambiente circundante, que se expressa pela internalização de hábitos corporificados.

No domínio da moradia, essa habituação fenomenológica se manifesta em situações cotidianas que dispensam cálculos conscientes. Por exemplo, a familiaridade que adquirimos ao atravessar portas internas da residência – cujo vão se torna intuitivamente dimensionado a partir da corporeidade e do ritmo de nossos deslocamentos – dispensa a necessidade de medições explícitas para confirmar se caberemos ao transitar de um cômodo a outro. De igual modo, a escada de uma casa, cujos degraus já incorporamos em nossa memória cinestésica, é percorrida sem o escrutínio reflexivo de cada elevação, numa articulação espontânea entre corpo e espaço. Ainda, ao manipular janelas e cortinas – mecanismos que regulam a luminosidade e a intimidade do lar –, deixamos de percebê-las como elementos inertes e externos, passando a vivenciá-las como prolongamentos de nossa capacidade de moldar o ambiente às nossas necessidades vitais.

Assim, esses exemplos habitacionais ilustram que, ao nos apropriarmos corporalmente dos espaços, transcendemos a relação meramente funcional ou instrumental. O significado do ambiente doméstico passa a ser absorvido na textura da vida cotidiana, num enraizamento que transforma objetos e dispositivos em mediações sensíveis e expressões do nosso próprio ser-no-mundo. Dessa forma, a habitação se converte em dimensão encarnada da existência, consolidando a reciprocidade fundamental entre sujeito e lugar.

Essa familiaridade que adquirimos ao atravessar portas internas da residência, ao subir a escada de uma casa ou ao manipular janelas e cortinas, dessa maneira, constitui-se, para Merleau-Ponty, como a experiência de ser “transplantado para eles, ou, inversamente, incorporá-los à massa do nosso próprio corpo” (1999, p. 137). De maneira análoga, os espaços de habitação, quando apropriados como lugares nos quais sentimos um pertencimento essencial, deixam de se constituir em simples artefatos físicos destinados a suprir exigências utilitárias para se transfigurarem em extensões do corpo e, de forma mais abrangente, em prolongamentos da totalidade existencial humana.

Remetendo-nos a Merleau-Ponty, evocamos o enigma fundamental do corpo: simultaneamente parte do visível, é também a própria fonte de visão. Desse modo, se é inegável a indissociabilidade entre corporificação e habitação, depreende-se que o lugar habitado não é apenas um objeto visualizado ou um mero ambiente funcional de atuação,



mas, em sentido mais profundo, uma instância que co-constitui nosso horizonte de sentido, pois molda as compreensões mais elementares que temos do mundo. Jager (1985, p. 220) exprime com clareza essa proposição ao afirmar que “adentrar e habitar integralmente um lugar implica redesenhar os contornos de nossa própria corporeidade para englobar esse lugar – incorporá-lo e vivê-lo daí em diante como matriz de revelação, e não como mera paisagem”. Um espaço, sob esse prisma, converte-se em um lugar que descortina perspectivas para o mundo.

Para uma apreensão mais aprofundada desse caráter de “terreno de revelação” do espaço habitado, a metodologia fenomenológica emerge como instrumento singularmente fecundo. Atuando como chave interpretativa para elucidar os sentidos implícitos nas relações originárias entre o ser humano e o espaço construído, a fenomenologia se insurge contra visões de planejamento normativo que consideram padrões projetuais como modelos universais e uniformizáveis, desprovidos de vínculo autêntico com a vivência concreta.

Sob tais perspectivas técnicas, até mesmo a moradia ideal deveria configurar-se como um produto seriado, demandando do habitante apenas o exercício de adaptação passiva ao projeto do arquiteto ou urbanista, cuja prerrogativa seria determinar a solução “correta” e definitiva.

Em oposição a essa abordagem reducionista, a postura fenomenológica estrutura-se a partir do desvelamento dos sentidos latentes já entranhados na complexa e multifacetada relação entre o homem e os espaços que almeja habitar. Cumpre recordar que o termo “fenômeno” denota aquilo que “se mostra em si mesmo”, aquilo que se oferece diretamente à consciência, sem mediações reflexivas ou inferências causais (Heidegger, 2015, p. 51).

Em essência, portanto, o fenômeno está ligado a uma intuição imediata e primordial, que precede qualquer teorização secundária ou interpretação analítica, figurando como eixo central de nossa apreensão pré-reflexiva do mundo. Dessa forma, a fenomenologia revela que habitar é muito mais do que ocupar um espaço: é participar de uma experiência ontológica de abertura, em que o espaço construído se torna extensão, espelho e confirmação do próprio ser.

Para ilustrar as valiosas contribuições que a fenomenologia pode oferecer às investigações empíricas convencionais acerca da qualidade da habitação, convém atentar para um elemento arquitetônico específico: as janelas. Embora a literatura da neuroarquitetura ainda apresente divergências no que tange aos efeitos de ambientes

educacionais carentes de janelas sobre o desempenho acadêmico, não restam dúvidas acerca dos benefícios terapêuticos proporcionados pela luz natural e pelas vistas de paisagens naturais em espaços hospitalares. Tal constatação evidencia a importância singular que reveste o projeto cuidadoso das aberturas, reconhecendo nelas a capacidade de mediar o influxo do ambiente natural e de enriquecê-lo internamente, desde que sejam criteriosamente concebidas.

Todavia, ao aprofundarmos a análise, impõe-se um contraste entre as janelas de vidro plano e aquelas compostas por vitrais ou treliças de chumbo, considerando não apenas o campo empírico, mas também o domínio fenomenológico. Sob um prisma puramente sensorial, a janela de vidro plano, ao facultar uma visão ampla e desimpedida, revela-se superior em termos de percepção óptica imediata do exterior. A questão essencial, porém, reside em indagar se essa abertura ininterrupta corresponde, igualmente, a uma experiência perceptiva mais densa e significativa.

A esse respeito, um estudo recente conduzido por Castilla, Higuera-Trujillo e Llinares (2023) verificou que níveis reduzidos de iluminância podem, paradoxalmente, favorecer a memória e elevar a ativação neurofisiológica em discentes. Esse achado sugere que a interpretação da luz e do espaço transcende a simples captação sensorial, envolvendo processos complexos de apropriação subjetiva e afetiva do ambiente.

Alexander (2013, p. 1109) elucida essa dialética ao afirmar que a popularização das janelas de vidro plano, em vez de intensificar nosso contato com a natureza, paradoxalmente o empobreceu. Segundo o autor, as janelas devem, ao mesmo tempo, ampliar e emoldurar a paisagem, intensificando a variedade e a profundidade do que se revela ao olhar, sem obliterar a necessária sensação de abrigo. Em sua ótica, são as aberturas menores, compartimentadas em painéis, que melhor articulam a dialética entre o espaço interior e o horizonte externo, em oposição à homogeneidade visual propiciada pelas grandes superfícies envidraçadas.

Embora a crítica de Alexander (2013) às janelas de vidro plano seja relativizável, é inegável que o desenho dos vãos altera radicalmente nossa percepção do mundo. Conforme Tuan (1983, p. 13), aberturas amplas evocam liberdade e domínio, refletindo o anseio contemporâneo por controle espacial e temporal. Por outro lado, janelas compostas por painéis menores convidam a uma leitura multifacetada e plural do exterior, gerando uma apreensão fragmentada, porém mais rica em nuances.

Esse contraste manifesta-se, inclusive, na diferença temporal que se estabelece entre a limpeza de um vidro plano, que ocorre de maneira célere e mecânica, e a minuciosa



higienização de pequenos vitrais, em que cada painel requer atenção individualizada e gestos cuidadosos, conferindo ao ato um caráter quase ritualístico.

Tal reflexão demonstra que, embora a percepção desimpedida do exterior constitua um dado objetivo, a riqueza fenomenológica da experiência sensorial depende de como tais estímulos são integrados e interpretados pela consciência. Mais relevante do que a soma dos dados visuais captados, portanto, é a tessitura de sentido que se forma a partir deles – uma dimensão qualitativa que desafia os métodos empíricos tradicionais.

Efetivamente, seja ao oferecer aberturas para visões majestosas da paisagem, seja ao fragmentar a vista em composições mais complexas, as janelas reiteram o princípio fundamental de que habitar supõe sempre a tensão entre o refúgio e a abertura, entre o visível e o velado. Nas palavras de Bachelard (1964, p. 222), a estrutura da compreensão humana é a de um “ser semiaberto”: o bem-estar exige, simultaneamente, o sentimento de proteção e a possibilidade de transcendência, a segurança do recolhimento e a aventura da exposição ao mundo.

Nesse contexto, elementos arquitetônicos capazes de preservar essa dialética entre ocultamento e revelação espelham, em última instância, a própria condição essencial do existir humano. Por isso, janelas salientes ou de desenho mais intrincado, que conciliam a sensação de abrigo com o gesto de projeção ao exterior, exercem fascínio sobre a imaginação e a sensibilidade, convocando o habitante a participar de um diálogo onírico com o mundo que o cerca.

Considerações análogas podem ser formuladas no que tange ao desenho de portas e soleiras. O psicólogo fenomenológico Richard Lang (1985, p. 210) observa que portas de vidro transparente, enquanto artifícios da arquitetura moderna, dissolvem a distinção fundamental entre o espaço interno e o espaço externo. Ao reduzir o limiar a mera transição física, a porta de vidro expressa o anseio contemporâneo por espacialidades fluidas e sem costuras. Nas edificações modernas – de arranha-céus a centros comerciais – essas portas translúcidas viabilizam o trânsito livre de corpos e bens, solucionando demandas práticas de acessibilidade, mas obscurecendo, em contrapartida, a densidade simbólica da travessia.

Há, pois, uma sugestão implícita de que a porta de vidro permanece perpetuamente em postura afirmativa: “como uma barreira invisível, a porta de vidro parece estar sempre aberta”. Tradicionalmente, a porta simboliza não apenas a possibilidade de entrada e saída, mas também o jogo dialético entre acolhimento e resistência, entre intimidade e exposição, entre a hesitação do umbral e o convite do adentrar. Contudo, as portas



envidraçadas contemporâneas sacrificam essas ambiguidades, reduzindo a transição a um movimento unívoco e, por conseguinte, empobrecendo a complexidade psicológica do fenômeno do limiar (Lang, 1985, p. 212).

Com efeito, para aprofundar a compreensão das condições existenciais que conferem aos espaços habitados um autêntico senso de lugar, a fenomenologia mostra-se um instrumento singularmente profícuo. Essa abordagem permite perscrutar não apenas a funcionalidade material dos espaços, mas também os quadros de referência mais amplos que estruturam a experiência vivida nesses contextos.

Tome-se, por exemplo, o fascínio persistente que loteamentos residenciais fechados exercem sobre o imaginário coletivo. Embora tais conjuntos habitacionais – caracterizados por baixa densidade, amplas áreas verdes e localização periférica em relação aos centros urbanos – sejam energeticamente onerosos e ambientalmente questionáveis, persiste um apelo pré-reflexivo que impulsiona sua expansão contínua. Essa inclinação, ainda que contrarie a consciência racional de seus impactos, parece alicerçada em necessidades existenciais mais profundas. Não seria, então, a leitura fenomenológica um caminho promissor para desvelar as raízes desse desejo pelo “sonho suburbano”?

Estudos clássicos de urbanistas como Berry (1973) catalogaram motivações culturais predominantes entre residentes desses espaços – da ânsia por novidade à idealização do idílio rural, da liberdade de movimento automotivo ao culto ao individualismo e à ostentação de status social. Contudo, em que medida uma leitura fenomenológica poderia enriquecer essa tipologia de motivações, oferecendo um olhar mais atento às interseções entre ambiente e subjetividade?

Ao analisar empiricamente um loteamento implantado na periferia de determinada região metropolitana, pode-se identificar que as residências, cujo valor de mercado ultrapassa a cifra de um milhão de reais, não ostentam atributos estéticos capazes de justificar, por si sós, tamanho investimento: garagens bipartidas monopolizam a fachada, ocultando as entradas principais; arbustos plantados demarcam de forma regular a topografia asfáltica; jardins milimetricamente dispostos e calçadas de pouca serventia contrastam com ruas longas e desertas, sugerindo que o pedestre ali figura como um intruso – deslocado e desnecessário.

Apesar dessa aparência desprovida de sociabilidade utilitária, o sistema de loteamento é funcional e dotado de significado para seus habitantes. A questão premente reside em desvendar os alicerces simbólicos que justificam esse investimento em um

ambiente que, à primeira vista, aparenta carecer de vitalidade. Destaca-se, desde logo, que a mensagem predominante é a da segurança: vegetação ornamental, garagens discretas e modestas, fachadas geométricas de volumetria sóbria e cromatismo neutro; ruas sinuosas e desimpedidas que, ao mesmo tempo que orientam a circulação automotiva, eliminam qualquer pretexto para o encontro inesperado.

Hayden (1984, p. 18) assevera que a civilização suburbana construiu um ideal utópico centrado na casa – não na cidade, tampouco na coletividade nacional. Essa concepção manifesta-se na morfologia dos loteamentos residenciais fechados, onde a edificação volta deliberadamente as costas para a rua e recusa toda dialética entre interior e exterior. Mesmo o domínio público projeta ali a imagem de um espaço domesticado e não ameaçador: a monotonia visual das garagens sugere que nada é imprevisível, nenhum enigma espacial perturba a sensação de ordem perfeita.

Nesse contexto, recordam-se as reflexões fenomenológicas de Bachelard (1964, p. 47), para quem a casa é o “canto do mundo” de cada um: o primeiro universo, um microcosmo real que, nos sonhos, assume as feições de um berço. É precisamente essa a essência do lar – refúgio, abrigo e promessa de serenidade.

Com efeito, os loteamentos residenciais fechados emitem, de forma inequívoca, um apelo à interioridade e ao recolhimento. Cada casa, encapsulada em si mesma, garante a privacidade de seus habitantes: cercas e sebes zelam pela intimidade dos quintais; ruas desertas reiteram que a vida autêntica não se realiza no espaço público, mas na clausura do núcleo doméstico. Mesmo o traçado urbano, marcado por curvas suaves e vias sem saída, parece repelir qualquer vestígio de urbanidade, como se fosse possível excluir da paisagem toda diversidade potencialmente desestabilizadora. O parcelamento de baixa densidade reforça, desse modo, a impressão de que a presença de muitos estranhos constitui, por si só, uma ameaça a ser evitada.

Espacialmente, o loteamento comunica a imagem de um reduto controlado, um universo protegido, impermeável às incertezas do mundo exterior. Temporalmente, essa configuração reforça a impressão de que ali o tempo desacelera, quase estagna. Tudo – das fachadas uniformes às mudas de árvores, do asfalto recente à ausência de marcas de uso – exala uma atemporalidade planejada que suspende o passado e neutraliza o futuro. O presente, por sua vez, parece cristalizado num cenário imutável e meticulosamente ordenado que recusa qualquer transgressão ao imperativo da previsibilidade.

Nesse ponto, revela-se uma dimensão adicional do universo suburbano: quão distante esse ambiente se encontra das comoventes evocações do lar enquanto fulcro

existencial. No plano espacial, preserva-se a interioridade, mas em detrimento do espaço exterior; no plano temporal, exalta-se o presente, sacrificando a integração do passado e do futuro. A relação dialética que une o interior e o exterior, assim como a unidade indissolúvel dos três êxtases temporais, é obliterada em nome de um ideal estático e idealizado de “cidade-jardim”.

Heidegger (2001) adverte que, na modernidade, tende-se a uma fuga sistemática da experiência autêntica de pertencimento ao tempo em direção à ilusão de segurança e permanência ancorada em um presente congelado. O subúrbio parece encarnar essa tentativa contemporânea de evadir-se da consciência genuína de nossa finitude e de nosso enraizamento no devir do tempo primordial, substituindo-o por uma falsa sensação de imutabilidade.

Dessa forma, o subúrbio revela-se, em última instância, insustentável, pois se ancora em um mito idealizado de abrigo entendido como simples ausência de ameaças externas. É compreensível, por certo, que o ser humano busque naturalmente um sentimento de estabilidade e refúgio – uma âncora simbólica em meio à transitoriedade do existir. Contudo, um urbanismo verdadeiramente emancipador exige reconhecer que a preservação do “interior”, enquanto domicílio e abrigo, precisa estar conciliada com a inserção em um universo dinâmico, em constante mutação.

A cidade pode, sim, parecer excessivamente mutável, excessivamente exposta; contudo, um sentido autêntico de lugar e a essência mesma do habitar apenas florescem quando se alcança um equilíbrio sustentável entre a interioridade e o mundo exterior, articulando harmonicamente as dimensões passada, presente e futura. Nesse sentido, o escopo dos estudos habitacionais deveria voltar-se à criação de formas de lugar habitado capazes de afirmar, em termos espaciais, a centralidade do lar como refúgio – sem abrir mão, porém, da vitalidade de um bairro diversificado e vivo, capaz de oferecer possibilidades de alteridade e expansão existencial.

A problemática da moradia, nos dias atuais, não atinge o mesmo grau de intensidade de períodos pretéritos. Ainda que continue a suscitar preocupações legítimas, já não constitui o foco preponderante dos debates, que se deslocaram para questões relativas à acessibilidade e à qualidade dos bairros enquanto espaços comunitários mais amplos. Somam-se, ainda, críticas consistentes às abordagens quantitativas. Exemplo disso se observa em Mueller e Lutzer (2025), que analisam as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul (2023/2024) à luz da centralidade da experiência subjetiva e relacional, em vez de seguir tipologias pré-estabelecidas. Os autores argumentam que é mais eficaz



avaliar os impactos a partir das experiências e valores das pessoas afetadas, reconhecendo que o território possui dimensão identitária e afetiva.

Não obstante, é imperativo que se reconheça que os bairros, enquanto contextos que acolhem a moradia, são essenciais – mas, frequentemente, confundimos o “padrão de vida”, aferido em termos de tecnologias construtivas e materiais superiores, com a autêntica “qualidade de vida”. Esta, por sua vez, está inextricavelmente vinculada à comunidade que circunda a habitação e depende de uma compreensão mais profunda dos gestos e mensagens implícitas que as moradias emitem – mensagens que clamam pela dignidade e pela afirmação identitária dos indivíduos, oferecendo-lhes um sentimento genuíno de pertencimento.

Ter um teto que nos abrigue é, sem dúvida, uma necessidade vital; mas tão fundamental quanto isso é a necessidade de cultivar uma identidade pessoal e uma autoestima sólidas. Defende-se, pois, que a excelência do projeto habitacional deve ser avaliada por sua capacidade de atender simultaneamente às demandas fisiológicas e à dignidade existencial dos habitantes. Sob esse prisma, ainda há longo caminho a trilhar antes de podermos asseverar que a qualidade da habitação deixou de constituir um desafio social e humano relevante.

No âmbito regional, reside a potencialidade de os atores sociais, mediante articulação e cooperação coordenada, contrabalançarem a força do consumo globalizado, marcado por padrões exógenos e estilos de vida alheios à identidade local. Essa união, enraizada na vivência e na historicidade compartilhadas do território, representa a oportunidade de promover uma melhor qualidade de vida àqueles que o habitam, sem negligenciar valores culturais, mas valorizando o protagonismo da sociedade civil e respeitando as identidades como catalisadoras das transformações necessárias (Forgiarini, Schroeder, Cassanego Júnior; Alves, 2015, p. 78).

4 Considerações finais

A habitação não constitui um fenômeno autônomo e, por isso, as políticas públicas devem reconhecer e respeitar as inter-relações entre necessidades físicas, socioculturais, econômicas, regulatórias e tecnológicas, em múltiplas escalas, para que sejam verdadeiramente responsivas à correspondência entre ambiente construído e necessidades dos ocupantes.



Demarcar rigidamente métodos qualitativos e quantitativos revela-se contraproducente para o planejamento urbano sustentável. Cientistas reconhecem que análises quantitativas carregam pressupostos ligados a contextos sociais, juízos de valor e interpretações históricas. Nesse sentido, métodos qualitativos de análise, como o fenomenológico, têm muito a contribuir ao esclarecer julgamentos sociais e políticos frequentemente tomados como certos. Sob essa perspectiva, a formulação de políticas habitacionais tende a alcançar maior eficácia.

A fenomenologia pode auxiliar tanto no questionamento de pressupostos que orientam decisões políticas – como aquelas associadas à intensificação ou à expansão urbana – quanto na construção de uma compreensão mais ampla sobre como promover senso de lugar em bairros cada vez mais adensados. Evidentemente, métodos quantitativos mantêm papel importante nesse processo; porém, aqui se sustenta que métodos qualitativos são igualmente essenciais e significativos e não devem ser subestimados.

Referências

- ALEXANDER, C. **Uma linguagem de padrões**. Porto Alegre, Bookman, 2013.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. Tradução de Maria Jolas. Boston: Beacon Press, 1964.
- BERNHEIMER, L. **A moldagem de nós: como os espaços cotidianos estruturam nossas vidas, comportamento e bem-estar**. Edição Kindle. San Antonio, TX: Trinity University Press, 2019.
- BERRY, B. J. L. **The open city**. Cambridge, MA: Ballinger, 1973.
- BICUDO, M. A. V.; KLÜBER, T. A questão de pesquisa sob a perspectiva da atitude fenomenológica de investigação. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 18, n. 3, p. 24-40, set./dez. 2013. Disponível em: https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1949/pdf_170. Acesso em: 14 jun. 2025.
- CADENA, N. B. De La. Momentos da empatia. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 48, n. 02, p. 1-18, jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2025.v48.n2.e025037>
- CADENA, N. B. De La. Phenomenology and Human Rights. **Phainomenon**, Lisboa, v. 35, n. 1, p. 47-72, maio. 2023. DOI: <https://doi.org/10.2478/phainomenon-2023-0004>
- CALTHORPE, P. The post-suburban metropolis. **Whole Earth Review**, Online, v. 78, n. 1, p. 44-51. 1991.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTILLA, N.; HIGUERA-TRUJILLO, J. L.; LLINARES, C. The effects of illuminance on students' memory: a neuroarchitecture study. **Building and Environment**, Oxford, v. 228, n. 1, p. 109833, jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.buildenv.2022.109833>



CHOAY, F. **O urbanismo**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FORGIARINI, D. I.; SCHROEDER, C. da S.; CASSANEGO JÚNIOR, P. V.; ALVES, C. N. Capital social, desenvolvimento e planejamento regional: a participação da sociedade civil na região do coredes-fronteira oeste. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 17, n. 31, p. 75-87, jan./jun. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v17i31.2758>

GIFFORD, R. O papel da psicologia ambiental na formação da política ambiental e na construção do futuro. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 16, n. 1/2, p. 237-247. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642005000100025>

HALL, E. T. **A linguagem silenciosa**. Tradução de The Silent Language. 2. ed. Lisboa: Relógio D'Água, 1994.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. 10. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HAYDEN, D. **Redesigning the American dream**: the future of housing, work, and family life. 2. ed. New York: W.W. Norton and Company Ltd., 1984.

HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar. In: HEIDEGGER, M. (org.). **Ensaios e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 125-141.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2015.

HOUGH, M. **Out of place**: restoring identity to the regional landscape. 3. ed. New Haven; London: Yale University Press, 1990.

HUSSERL, E. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Tradução de Márcio Suzuki. Aparecida do Norte: Editora Ideias e Letras, 2012.

JACKSON, K. T. **Crabgrass frontier**: the suburbanization of the United States. 5.ed. New York; Oxford: Oxford University Press, 1985.

JAGER, B. Body, house and city. In: SEAMON, D.; MUGERAUER, R. (eds.). **Dwelling, place and environment**: towards a phenomenology of person and world. 3. ed. Dordrecht; Boston; Lancaster: Martinus Nijhoff, 1985. p. 215-226. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-94-010-9251-7>

KLÜBER, T. E. **Uma metacompreensão da modelagem matemática na Educação Matemática**. 2012. 396f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Centro de Ciências Físicas e Matemática, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

LANG, R. The dwelling door: towards a phenomenology of transition. In: SEAMON, D.; MUGERAUER, R. (eds.). **Dwelling, place and environment: towards a phenomenology of person and world**. 3. ed. Dordrecht; Boston; Lancaster: Martinus Nijhoff, 1985. p. 210-214.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 22. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MUELLER, A. A. Para além de Putnam: Cultura, capital social e liberdades, no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 103, p. 1-20. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/3510308/2020>.



MUELLER, A. A.; LUTZER, A. V. B. Enchentes no Rio Grande do Sul: uma análise de perdas e danos (COP27) baseada em capacidades (Amartya Sen). **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 30, n. 1, p. 1-25, abr. 2025. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v29i1.19674>

NORBERG-SCHULZ, C. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, K. (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica (1965-1995). 2. ed. São Paulo, Cosac Naify, 2006. p. 443-461.

PREISER, W. F.E.; TAYLOR, A. The habitability framework: linking human behaviour and physical environment in a special education. **EEQ: Exceptional Education Quarterly**, Germantown, v. 4, n. 2, p. 1-15, may. 1983.

SARTRE, Jean-Paul. **Being and nothingness**. Translated by Hazel E. Barnes. 30. ed. New York: Washington Square Press, 1953.

SEAMON, D. The phenomenological contribution to environmental psychology. **Journal of Environmental Psychology**, London, v. 2, n. 2, p. 119-140, jun. 1982. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(82\)80044-3](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(82)80044-3)

SILVA, C. A dobra carnal do logos: Merleau-Ponty e o prodígio da linguagem. **Revista Perspectiva Filosófica**, Recife, v. 50, n. 3, p. 261-282, fev. 2023a. DOI: <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2023.258445>

SILVA, C. Resenha do Livro: Psicologia Fenomenológica. **Phenomenology, Humanities and Sciences**, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 202-203, 2023b. DOI: <https://doi.org/10.62506/phs.v4i3.174>

SMITH, P. F. The pros and cons of subliminal perception in the built environment. **Ekistics**, [S.l.], v. 30, n. 204, p. 418-499, nov. 1972.

STAMBAUGH, J. Introduction. In: HEIDEGGER, M. **On time and being**. 5. ed. New York: Harper and Row, 1972. p. 1-84.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

Recebido em: 21 de junho de 2025.

Aceito em: 26 de novembro de 2025.